



CASCAIS DINÂMICA

Gestão da Economia, Turismo
e Empreendedorismo



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2018

CASCAIS DINÂMICA, E.M.,S.A.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Início a minha mensagem como Presidente do Conselho de Administração da Cascais Dinâmica com um sincero agradecimento a todos os colaboradores, principais responsáveis pela excelente performance operacional alcançada no exercício de 2018.

As relações de proximidade que procuramos desenvolver com os nossos clientes, fornecedores, autoridades, acionistas e restantes stakeholders, têm permitido a melhoria das nossas competências de gestão, assegurando assim um horizonte de firmeza do nosso modelo de negócio.

O compromisso assumido permitiu-nos encontrar os caminhos certos para o desenvolvimento equilibrado, continuado e transparente, fundamentado pelo empenho permanente do Conselho de Administração na implementação de práticas responsáveis e sustentáveis, que visem o nosso crescimento e o nosso negócio.

O ano de 2018 veio confirmar que a execução da estratégia definida tem permitido prosseguir no rumo certo de cumprimento da nossa missão – maximizar o valor das infraestruturas geridas pela Cascais Dinâmica para o município e para o munícipe, através da prestação de serviços de alta qualidade e da realização de investimentos de valorização dos ativos municipais.

O ano de 2018 fica marcado pelo primeiro ano completo em que o Aeródromo Municipal de Cascais operou em classe III, o que possibilitou um sólido crescimento de movimentos da chamada aviação executiva. No Centro de Congressos do Estoril, no ano de 2018 foi possível alcançar um valor histórico de aluguer de espaço, fruto do serviço de eleição oferecido aos clientes, que tem possibilitado a sua fidelização. No espaço da FIARTIL, foi possível em 2018 maximizar a utilização do espaço com outros eventos antes e depois do evento âncora do recinto, que é a Feira Internacional de Artesanato do Estoril. O Hipódromo Municipal de Cascais assistiu a mais uma temporada em que foi possível conciliar eventos desportivos com eventos culturais, mantendo o espaço vivo e integrado na cada vez mais vibrante zona do centro de Cascais.

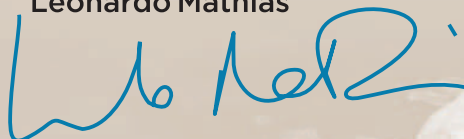
Quero, por isso, deixar-vos aqui a expressão do meu apreço, assim como uma forte palavra de incentivo para podermos continuar a trabalhar e a superar com êxito os desafios que permanentemente se nos colocam.

A todos os colaboradores da Cascais Dinâmica, um agradecimento especial pelos resultados alcançados e pela dedicação incondicional, reforçando os votos que juntos conseguiremos tornar o concelho de Cascais mais próspero, atrativo e cosmopolita.

Ao Município de Cascais, o nosso único acionista, um agradecimento pela renovada confiança que nos tem atribuído e pela visão de futuro que sempre nos tem transmitido.

O Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Cascais Dinâmica, alicerçadas no caminho de sucesso realizado no passado, que permitirá manter esta trajetória de crescimento sustentado.

Leonardo Mathias



Presidente do Conselho de Administração



CASCAIS
DINÂMICA
Gestão da Economia, Turismo
e Empreendedorismo

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

ÍNDICE

Empresa	4
Aeródromo Municipal de Cascais	6
Centro de Congressos do Estoril	13
FIARTIL	24
Hipódromo Manuel Possolo	29
Organização	35
Demonstrações Financeiras	36

EMPRESA



A empresa Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, E.M., S.A. (doravante “Cascais Dinâmica” ou “Empresa”) tem por objeto social promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho. O objeto social compreende o exercício das seguintes atividades:

- a) Construção de equipamentos e infraestruturas;
- b) Desenvolvimento de iniciativas de animação turística no concelho de Cascais;
- c) Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;
- d) Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:
 - 1. Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade;
 - 2. Centro de Congressos do Estoril;
 - 3. Hipódromo Manuel Possolo;
 - 4. FIARTIL- Feira do Artesanato do Estoril;
 - 5. Fortaleza da Cidadela de Cascais;
- e) Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

A Cascais Dinâmica tem ainda por objeto a fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico-desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

A Cascais Dinâmica poderá exercer, como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer atividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

Compreendem-se ainda no objeto da Empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

Em Janeiro de 2018, a Assembleia Geral da Cascais Dinâmica procedeu à eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2018/2021 com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Em Dezembro de 2018 deu-se a entrada como administradora executiva de Maria do Céu Garcia, após a saída em Novembro da administradora executiva Paula Gomes da Silva.

O Conselho de Administração da Cascais Dinâmica é atualmente composto pelos seguintes elementos:

Presidente:	Leonardo Mathias
Administrador:	Bernardo Corrêa de Barros
Administrador:	Maria do Céu Garcia



CASCAIS  AIRPORT

INTRODUÇÃO

O Aeródromo continua o seu caminho de consolidação como infraestrutura aeroportuária de relevo no contexto nacional, mantendo-se uma referência na instrução e treino e com uma relevância cada vez maior no segmento da aviação executiva.

Depois de atingir no final de 2017 a certificação em classe III, este foi o primeiro ano completo de atividade no Aeródromo, onde se puderam observar os resultados do plano de desenvolvimento empreendido e da maior flexibilidade para receber voos internacionais.

Decorrente dos investimentos já realizados e das melhorias operacionais implementadas, o Aeródromo tem vindo a assumir um posicionamento diferenciado e o reforço da sua atratividade no contexto do sistema aeroportuário de Lisboa, particularmente no segmento da aviação executiva.

O segmento da Instrução e Treino atravessa um período de forte expansão, com muitas das escolas presentes no Aeródromo a reforçar a aposta na internacionalização dos seus cursos. Os alunos internacionais assumem atualmente uma percentagem importante do total de alunos em instrução, advindo daí benefícios evidentes para a economia local.

Em termos de evolução das operações, assiste-se a uma alteração da tipologia do tráfego no Aeródromo em linha com o objetivo estratégico de atração de mais aviação executiva. Assim, embora se tenha assistido em 2018 a uma diminuição do número global de movimentos, importa ter em conta o aumento da tonelagem média das aeronaves, que passou de 1,87 toneladas para 2,23 toneladas, concluindo-se que o tráfego de aviação ligeira está a ser substituído por tráfego de aeronaves de maior tonelagem. Considerando que as taxas aeroportuárias são calculadas em função do peso das aeronaves, e apesar do decréscimo no número global de movimentos, as receitas têm vindo a aumentar, assegurando assim a sustentabilidade da infraestrutura e possibilitando o investimento na melhoria da infraestrutura como um todo.

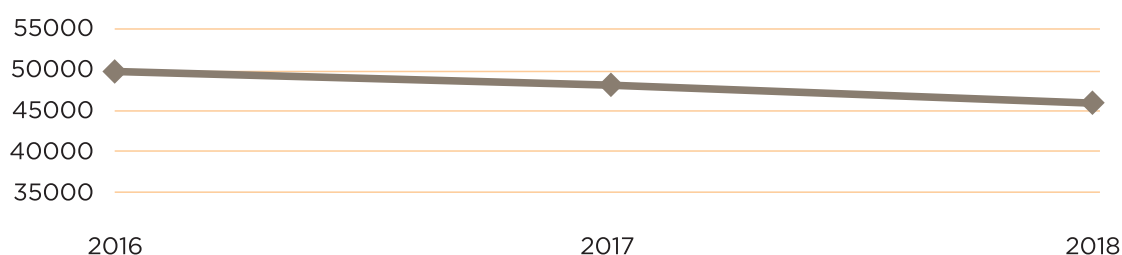


INDICADORES DE OPERAÇÃO

Apresenta-se em seguida uma breve análise estatística dos movimentos de aeronaves no Aeródromo por natureza do tráfego ao longo do ano.

Movimentos TOTAIS: Aterragem, descolagem e T&G (tocar e andar)

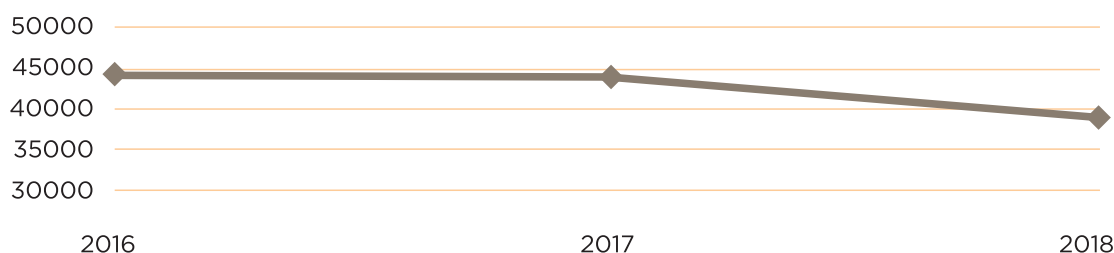
2016	2017	2018
49 952	49 001	45 971
	-2%	-6%



Depois de uma variação pouco significativa de movimentos totais verificado em 2017 (face ao período homólogo), assistiu-se no ano de 2018 a uma queda nos movimentos totais registados, devido essencialmente à diminuição no número de voos do segmento de Instrução e Treino, conforme evidenciado abaixo.

Movimentos de Voos de Instrução e Treino

2016	2017	2018
44 627	43 342	39 993
	-3%	-8%

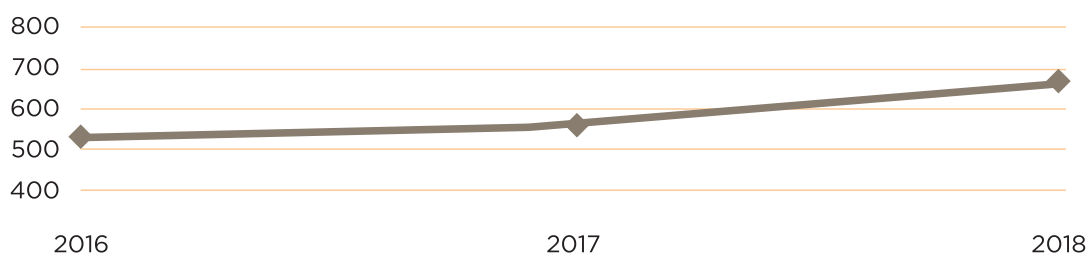


Em termos quantitativos, os movimentos do segmento de Instrução e Treino continuam a assumir a maior percentagem absoluta, de entre os vários tipos de movimentos verificados no Aeródromo.

Depois de apresentarem uma ligeira quebra em 2017, o ano de 2018 apresentou uma quebra de 8% face ao ano anterior. Esta quebra foi motivada pela conjugação de vários fatores, nomeadamente por condições atmosféricas especialmente adversas no primeiro Trimestre do ano que limitaram a realização deste tipo de movimentos, e também pela escassez de instrutores de voo, situação que tem vindo a ser apontada pelas escolas presentes no Aeródromo como limitativa do seu crescimento.

Movimentos de Trabalho Aéreo

2016	2017	2018
531	547	668
	+3%	+22%

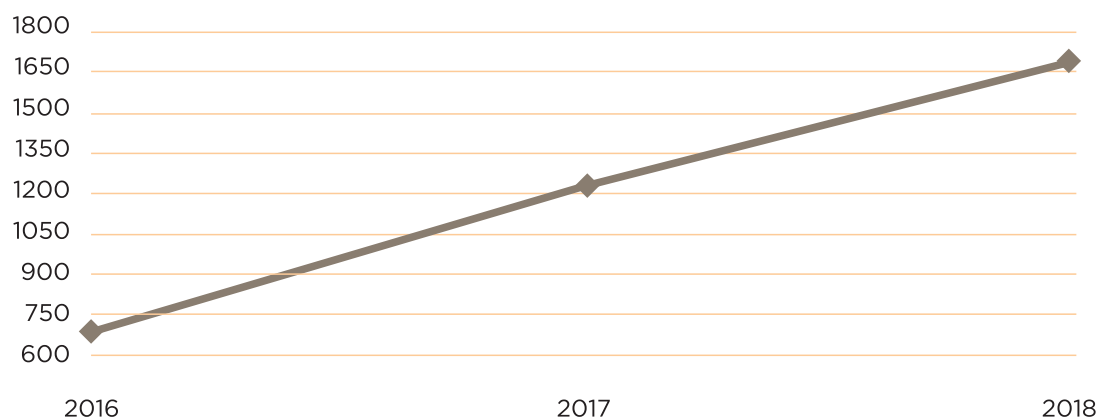


Os movimentos de trabalho aéreo compreendem a utilização de aeronaves, mediante retribuição, para qualquer atividade (excetuando o transporte de passageiros, carga ou correio) e ainda a movimentação de pessoas, equipamentos e carga necessários à execução da atividade de trabalho aéreo contratado, desde que a distância do ponto de embarque e o de desembarque seja inferior a 50km. Incluem-se as atividades agrícolas, fotografia aérea, patrulhamento e vigilância, combate a incêndios, prospeção e construções, publicidade, serviços médicos e assistência, pulverizações, luta contra a poluição, paraquedismo, entre outras.

Apesar de um crescimento relevante neste segmento durante o ano de 2018, os voos de trabalho aéreo apenas representaram 1,5% dos movimentos totais.

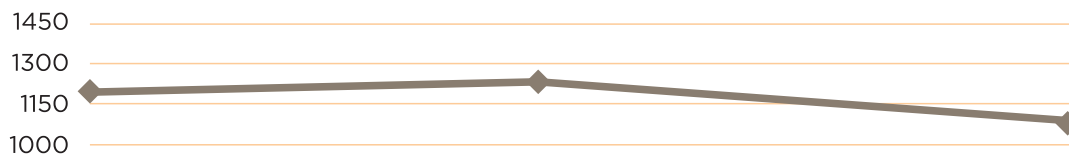
Movimentos de Voos Comerciais Não Regulares

2016	2017	2018
671	1 212	1 663
	+81%	+37%



Movimentos de Voos Privados / Particulares

2016	2017	2018
1 197	1 212	1 114
	+1%	-8%



Os voos da chamada aviação executiva, que incluem voos comerciais não regulares, voos posição, voos ferry e também alguns com a classificação de privados, representam em termos económicos (devido à tonelagem das aeronaves que os realizam), uma quota-parte muito significativa nos proveitos do Aeródromo.

Em linha com o objetivo estratégico de captação de mais aviação executiva, as operações de voos comerciais não regulares cresceram 35% no ano de 2018, depois de um crescimento de 81% verificado em 2017.

Uma conjugação de fatores explica este crescimento, por um lado é reflexo da perceção dos operadores da melhoria operacional e do nível de serviço oferecido no Aeródromo, mas também de uma maior flexibilidade no regime de autorizações de voos decorrente da atual classe de certificação do Aeródromo e de um estreito trabalho de colaboração com as Autoridades.

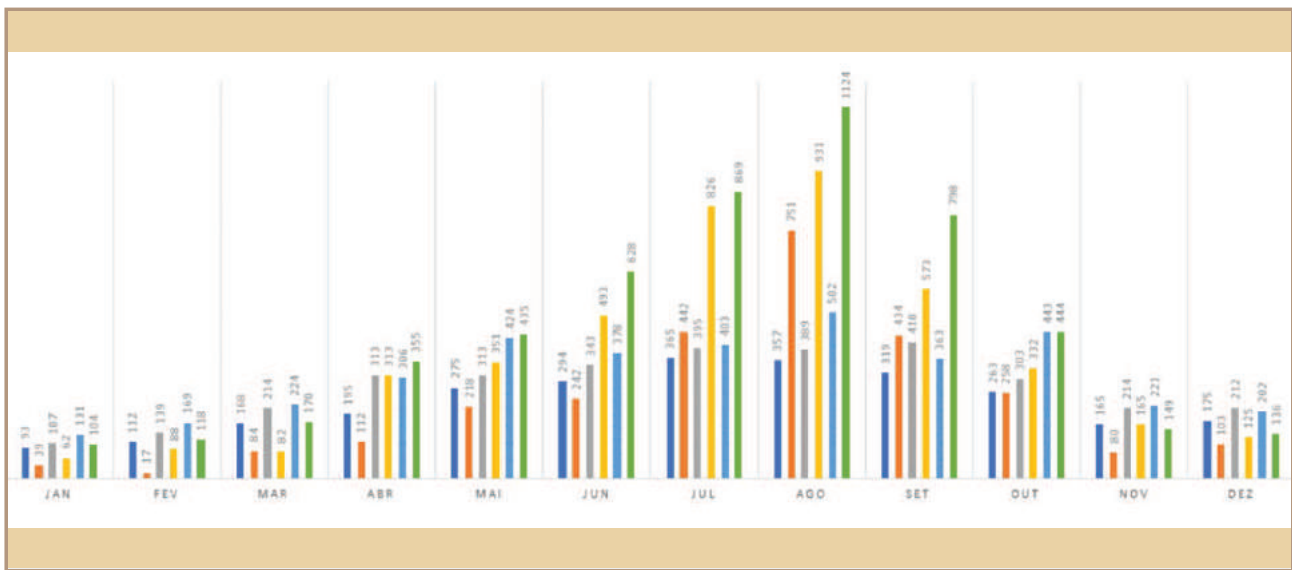
Movimentos de Voos Comerciais Regulares

2016	2017	2018
1 858	1 946	1 937
	+5%	-1%

Com início em 2015 da rota de serviço público de transporte aéreo entre Bragança/ Vila Real/ Viseu/ Cascais/ Portimão, passou a existir esta nova categoria de movimentos no Aeródromo. Esta linha prevê, em horário de inverno, 1 voo diário ida e volta e, em horário de verão, dois voos diários ida e volta.

Como se pode observar no gráfico da página seguinte, existe uma evolução positiva nos dois últimos anos do número de passageiros a utilizar a linha de e para Cascais. O crescimento anual dos passageiros locais desta operação cifra-se nos 12%, sendo que no ano anterior já se tinha verificado um crescimento de 20%.

A exploração desta rota de serviços aéreos regulares foi concessionada à Aerovip (Grupo Sevenair) por um período de 3 anos (até dezembro de 2018), tendo sido alargado o prazo até à conclusão do concurso público lançado entretanto pelo Governo para nova concessão de serviço público.



■ Ano 2016 Passageiros Locais ■ Ano 2017 Passageiros Locais ■ Ano 2018 Passageiros Locais
■ Ano 2016 Passageiros Diretos ■ Ano 2017 Passageiros Diretos ■ Ano 2018 Passageiros Diretos

Abaixo encontra-se a informação do total de passageiros referentes às diferentes tipologias de tráfego. Em termos globais, assistiu-se no ano de 2018 a um crescimento deste número na ordem dos 15%, sendo particularmente relevante um crescimento de 82% do segmento de táxi aéreo associado à aviação executiva.



Movimentos Totais de Passageiros

	2017		2018	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
Passageiros Regulares	3352	3486	3828	3952
Passageiros Privados	576	640	759	808
Passageiro Táxi Aéreo	1020	1034	1695	1495
Passageiros Charter	22	18	62	13
Outros*	659	622	108	473
Totais	5629	5800	6452	6742

* Voos de Trabalho aéreo, Ferry, Instrução e Treino, Posição, Escala Técnica.

Obras e Manutenção

No ano de 2018, foi levado a cabo o programa de investimento e manutenção do Aeródromo, dos quais se destacaram os seguintes trabalhos:

- Efectuada a manutenção aos geradores do Aeródromo;
- Em vigor o programa de desfibrilhação automática externa no Aeródromo;
- Em vigor o programa de desratização e desbaratização no Aeródromo;
- Efectuado o controlo metrológico da balança da Aerogare com emissão de Certificado de Verificação;
- Manutenção de extintores, recargas, manutenção de hidrantes, teste de pressão da mangueira, deslocação e manutenção do SADI;
- Manutenção das bombas hidráulicas;
- Ensaio e verificação a máquinas industriais, do tipo veículos de bombeiros;
- Manutenção Preventiva aos equipamentos de AVAC;
- Vistoria à pista para efeitos de quantificação de zonas de limpeza a contratar;
- Desgasificação, limpeza e inertização de um depósito/tanque de combustível instalado no Aeródromo para alimentação de grupo gerador de emergência;
- Empreitada de reforço do Edifício Escola, devido às fissuras que apresentava;
- Limpeza de marcas de borracha na pista 35;
- Manutenção periódica das viaturas e equipamentos do Aeródromo, incluindo viaturas do Serviço de Socorro e Luta contra Incêndios.



EMPRESA




estoril
CENTRO DE CONGRESSOS

Com características ímpares e uma arquitetura moderna, o Centro de Congressos do Estoril é atualmente um espaço reconhecido internacionalmente, oferecendo aos seus clientes a versatilidade e a flexibilidade para acolher eventos com todo o tipo de características.

Localizado numa das zonas turísticas mais emblemáticas do País, o concelho de Cascais, dispõe de excelentes acessibilidades, a uma curta distância da capital e do Aeroporto Internacional de Lisboa, estando a 10 minutos do Aeródromo Municipal de Cascais. Conta também com a proximidade ao Parque Natural Cascais/Sintra e com uma oferta hoteleira de excelência.

A funcionalidade, polivalência e comodidade do espaço, como equipamento de fácil adequação aos mais variados eventos, proporciona uma grande rapidez na montagem e desmontagem de cada evento, economizando tempo e recursos e permitindo a sua adaptação às necessidades de cada cliente.

Para cada evento, os clientes dispõem do apoio personalizado de um gestor de eventos dedicado, desde a fase de apresentação da proposta / orçamento, à apresentação e escolha dos diversos serviços, durante a realização do evento até ao seu final e respetivas desmontagens. A equipa de gestores de eventos do CCE é experiente e dinâmica, proporcionando aos clientes uma experiência única.

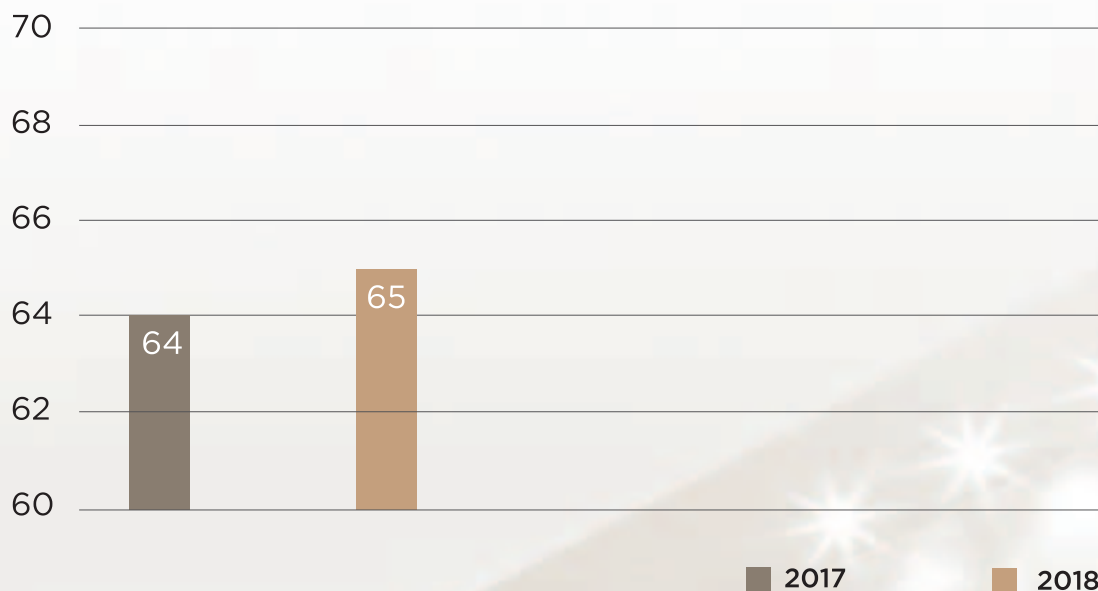
Sendo o único green venue na Península Ibérica e um case study internacional de sucesso em matéria de sustentabilidade no sector do Turismo de Negócios, desperta regular interesse nos media nacionais e internacionais.

A estratégia comercial dos últimos anos tem incidido no aumento dos dias de ocupação do CCE, atraindo eventos de cada vez maior dimensão e exposição mediática. Através do CCE, o Município de Cascais é hoje em dia um player importante no mercado nacional, com benefícios claros para a economia local. Adicionalmente, a projeção internacional do CCE tem contribuído para o aumento da notoriedade do concelho de Cascais.

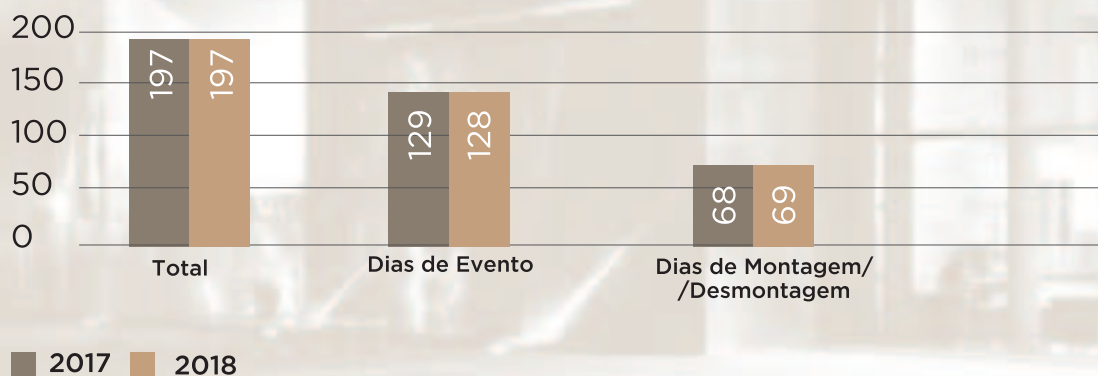
Durante o ano de 2018, o CCE teve 197 dias de ocupação, com a realização de 65 eventos.



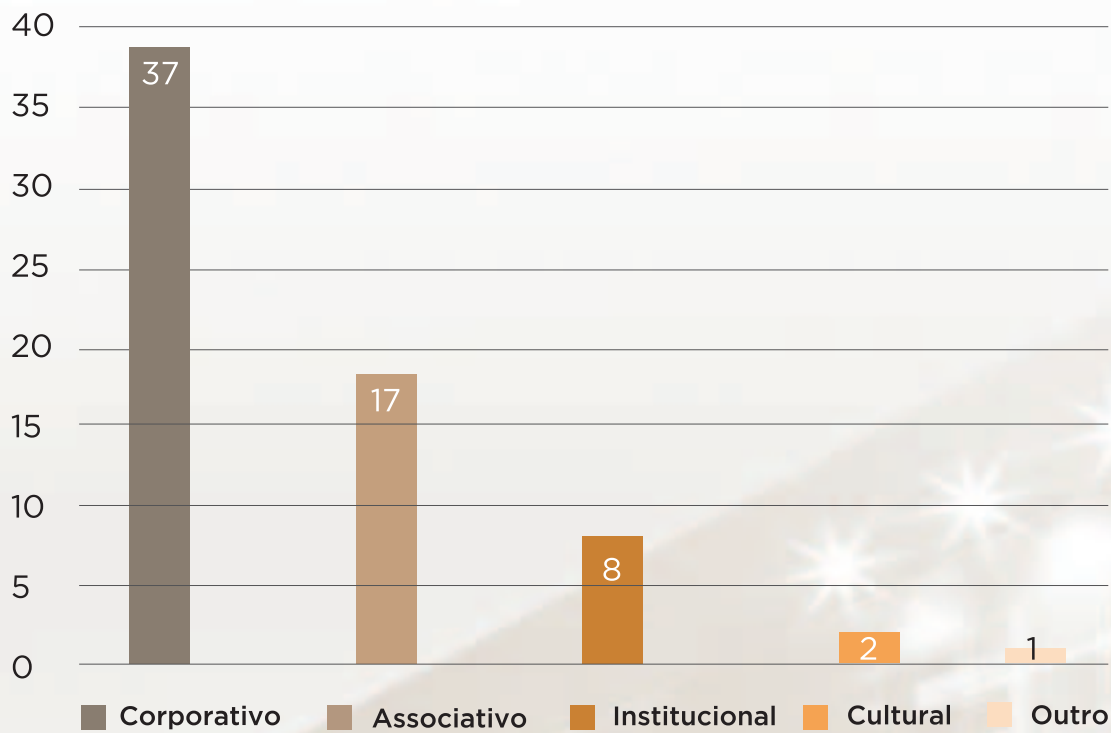
Número de Eventos



Dias de Ocupação

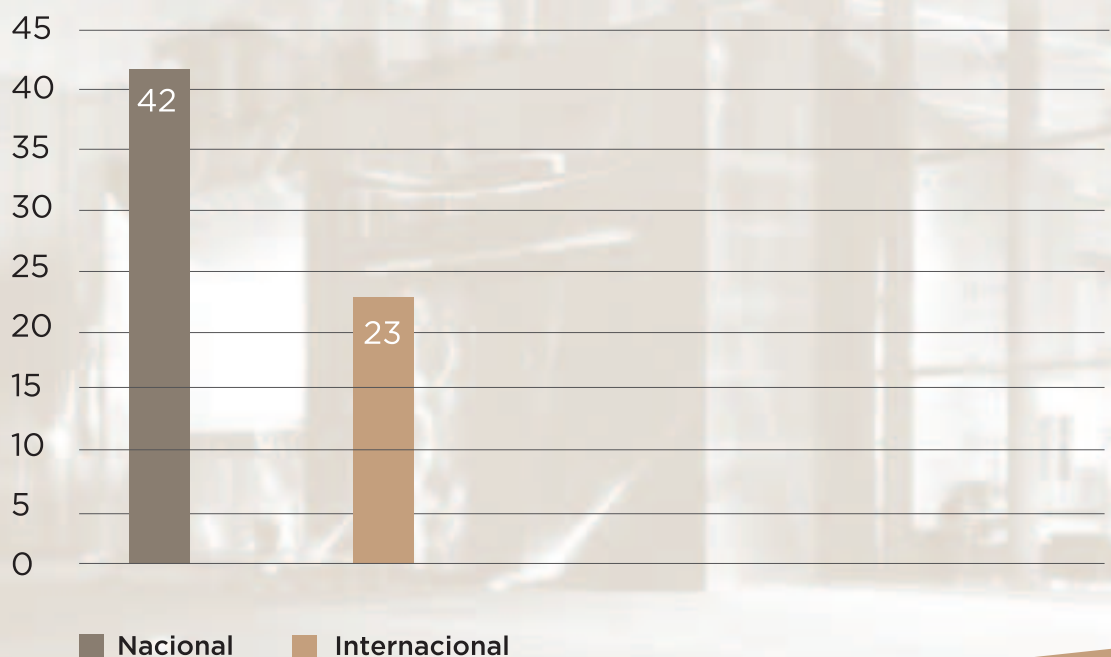


Natureza do Evento



Em relação aos clientes, o principal destaque do ano de 2018 vai para o nível de fidelização dos clientes domésticos. Em termos absolutos, cerca de um terço dos eventos realizados no CCE em 2018 foram de índole internacional.

Âmbito do Evento



Obras de Manutenção

No ano de 2018, foi levado a cabo o programa de investimento e manutenção do Centro de Congressos, dos quais se destacaram os seguintes trabalhos:

- Manutenção dos equipamentos de AVAC e restantes equipamentos de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva e Vistorias Mensais ao Edifício do Centro de Congressos;
- Em vigor o programa de desratização e desbaratização no edifício do Centro de Congressos;
- Em vigor o programa de desfibrilhação automática externa no Centro de Congressos;
- Concluído o aumento de potência no Edifício do Centro de Congressos;
- Aquisição de Manequim e DAE de treino para o CCE;
- Reparação de teto, pinturas e tratamento anti-corrosão do pátio Poente do edifício do Centro de Congressos;
- Fornecimento e instalação de sistemas de proteção passiva contra Incêndio para o Centro de Congressos.



2018 EM IMAGENS













FIARTIL

RECINTO DE EVENTOS



A FIARTIL, feira de artesanato mais antiga do País, continua a ser o pilar económico do recinto, pelos valores que movimenta e por ser um evento com mais de 2 meses de duração.

Desde 2017 que a FIARTIL conta com uma nova estratégia, tentando introduzir modernidade sem descaracterizar o conceito que tanto sucesso tem tido.

Em resultado do novo conceito de espaço e de animação, bem como de melhorias significativas nas infraestruturas e de outras medidas implementadas, assistiu-se em 2018 na FIARTIL a mais um ano com acréscimo no número de visitantes.

Para além da área de exposição, composta por uma centena de stands, a Feira do Artesanato conta com um programa de animação musical diário, para além de uma oferta gastronómica diversificada.

No ano de 2018 verificou-se a tendência de realização de outros eventos no recinto FIARTIL, que funciona em paralelo ou como complemento ao Centro de Congressos, o que permite a sua ocupação para além dos cerca de dois meses de duração da FIARTIL.

Em 2018, e ao contrário de outras edições, a FIARTIL apenas teve início no segundo semestre do ano (no dia 5 de julho), prolongando-se até ao início de Setembro (até ao dia 9 de setembro).

Globalmente, o recinto da FIARTIL apresentou 120 dias de ocupação em 2018.

Durante o ano de 2018, as principais intervenções realizadas no recinto da FIARTIL foram as seguintes:

- Levantamento e arranjo de avarias e novas necessidades logísticas para Eventos de 2018;
- Remodelação da rede águas e esgotos;
- Remodelação dos WCs;
- Manutenção dos stands e restaurantes;
- Pavimentos/calçetamentos;
- Limpeza e manutenção do pinhal;
- Limpeza dos telhados e algerozes.









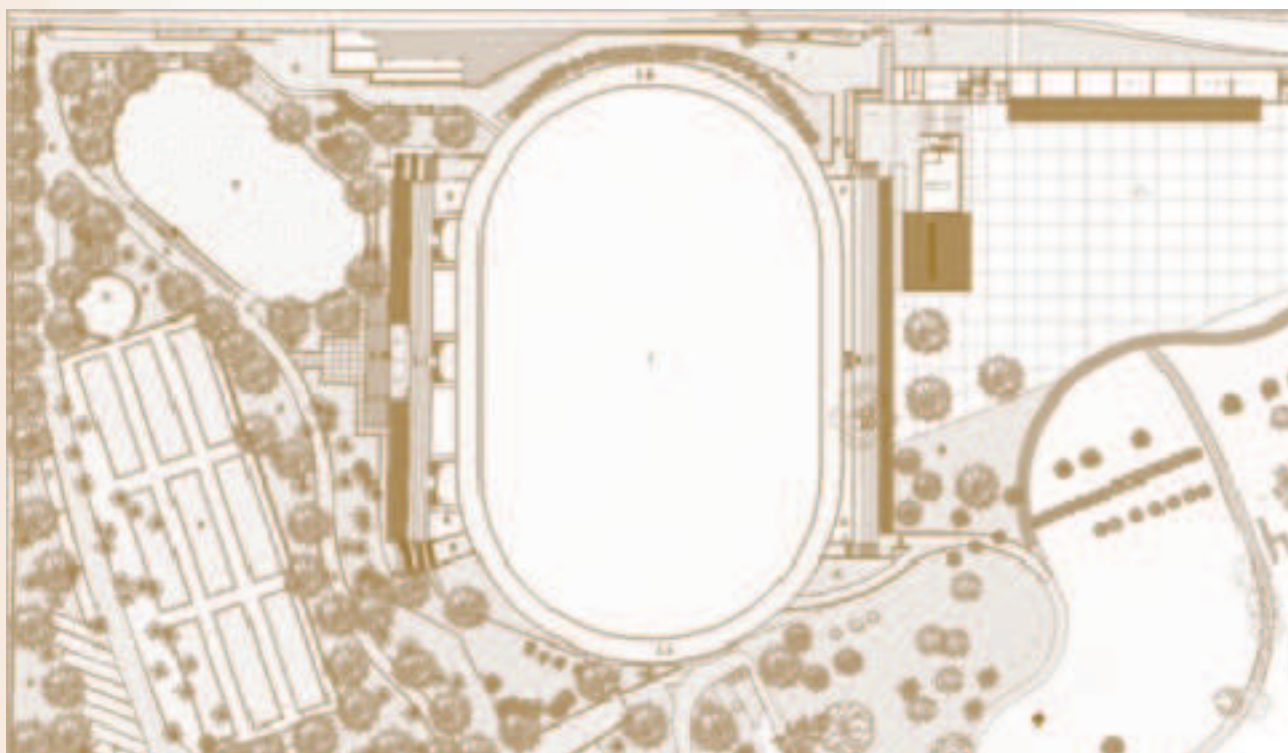
HIPÓDROMO MANUEL POSSOLO

O Hipódromo Manuel Possolo está localizado no centro de Cascais, num espaço contíguo ao Parque Marechal Carmona e é um recinto multifunções. Acolhe não só provas hípicas como também a prática de outros desportos e outros eventos turístico-culturais. Dispõe de amplas bancadas e instalações para o público, boas acessibilidades e estacionamento. Em termos equestres, as instalações técnicas permitem receber competições equestres de nível internacional.

Na gestão do Hipódromo, as principais preocupações ao longo do ano prenderam-se com a limpeza dos edifícios, com a manutenção do relvado, com a manutenção dos restantes equipamentos/ instalações (rede de águas, instalações eléctricas, som, gás, telefones e internet), articulação/gestão do parque de estacionamento com a Cascais Próxima.

Tendo em conta a inexistência de uma estrutura permanente no Hipódromo, as manutenções/remodelações/reparações são efetuadas principalmente com recurso a outsourcing, sendo também incumbência da Cascais Dinâmica o acompanhamento dos trabalhos dos diferentes prestadores de serviços.

Para além dos treinos semanais das equipas de rugby do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, os principais eventos realizados em 2018 no Hipódromo foram, em termos desportivos, o CSI/ Global Champions Tour e, em termos culturais, o festival EDP Cool Jazz. Globalmente, o Hipódromo apresentou 129 dias de ocupação em 2018.











ORGANIZAÇÃO

O mandato do Conselho de Administração da Cascais Dinâmica em curso é referente ao quadriénio 2018/2021, sendo os Órgãos Sociais atuais conforme apresentado abaixo:

Presidente: Leonardo Mathias
 Administrador: Bernardo Corrêa de Barros
 Administrador: Maria do Céu Garcia

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal em 2018 ficou marcado pela saída de quatro colaboradores e a entrada de sete colaboradores, aumentando o seu número médio de pessoal para 58 colaboradores.

Relação Entradas e Saídas de Pessoal 2018:

Situação	Categoria Profissional
Entrada	Assistente Administrativo
Entrada	Administrativa
Entrada	Jurista
Entrada	Operador de Socorros e Emergência
Saída	Directora Administrativa e Financeira
Entrada	Director Geral
Entrada	Assistente de Manutenção
Saída	Técnico Superior
Entrada	Assistente Técnica
Saída	Assistente Administrativa
Saída	Jurista

Proposta para aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que 10% do resultado líquido positivo de 2018 no montante de 2.518,27 sejam transferidos para reserva legal, sendo o remanescente no valor de 23.051,90 transferido para resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2018

ÍNDICE

Balanço	2
Demonstração de Resultados	3
Demonstração de Alterações de Capitais Próprios	4
Demonstração de Fluxos de Caixa	5
Anexo às Demonstrações Financeiras	6
I. - Introdução	6
II. - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
III. - Principais Políticas Contabilísticas	7
IV. - Fluxos de Caixa	14
V. - Propriedades de Investimentos	14
VI. - Ativos Fixos Tangíveis	15
VII. - Ativos Fixos Intangíveis	17
VIII. - Outros Ativos Financeiros	18
IX. - Clientes	18
X. - Fornecedores	19
XI. - Estado e Outros Entes Públicos	19
XII. - Outros Créditos a Receber	19
XIII. - Diferimentos	20
XIV. - Instrumentos de Capital Próprio	20
XV. - Outras Dívidas a Pagar	21
XVI. - Financiamentos Obtidos e Locação Financeira	21
XVII. - Prestação de Serviços	21
XVIII. - Subsídios à Exploração	22
XIX. - Fornecimento e Serviços Externos	22
XX. - Gastos com o Pessoal	23
XXI. - Outros Rendimentos	23
XXII. - Outros Gastos	24
XXIII. - Juros e Outros Gastos Similares	24
XXIV. - Imposto s/ o Rendimento	24
XXV. - Partes Relacionadas	26
XXVI. - Informações Exigidas por Diplomas Legais	26

Balanço

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS		31-Dez-2018	31-Dez-2017
Propriedades de Investimento	5	3 418 165,86	2 284 389,54
Ativos fixos tangíveis	6	27 216 346,78	28 694 514,32
Ativos intangíveis	7	6 826,46	16 101,34
Outros Ativos financeiros	8	5 934,90	4 933,01
		<u>30 647 274,00</u>	<u>30 999 938,21</u>
Activo Corrente			
Clientes	9	659 373,29	1 133 372,96
Estado e outros entes publicos	11	206 284,45	187 672,82
Outros creditos a receber	12	72 476,78	651 890,38
Diferimentos	13	155 279,13	170 844,18
Caixa e depósitos bancários	4	921 981,15	1 770 375,54
		<u>2 015 394,80</u>	<u>3 914 155,88</u>
Total do Activo		32 662 668,80	34 914 094,09
Capital Próprio			
Capital subscrito	14	30 867 000,00	30 867 000,00
Ações (quotas) próprias	14	-89 810,00	-89 810,00
Reservas legais	14	146 806,69	146 659,65
Outras reservas	14	71 084,63	71 084,63
Resultados transitados	14	-2 565 699,52	-1 932 378,39
Outras variações no capital próprio	14	70 307,85	70 307,85
Resultado líquido do período	14	25 182,72	2 940,75
		<u>28 524 872,37</u>	<u>29 135 804,49</u>
Total do Capital Próprio		28 524 872,37	29 135 804,49
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	10	353 932,75	2 018 595,14
Estado e outros entes publicos	11	220 342,99	327 829,41
Financiamentos obtidos	16	3 000 000,00	3 000 000,00
Outras dívidas a pagar	15	502 376,66	329 963,93
Diferimentos	13	61 144,03	101 901,12
		<u>4 137 796,43</u>	<u>5 778 289,60</u>
Total do Passivo		4 137 796,43	5 778 289,60
Total do Capital próprio e do Passivo		32 662 668,80	34 914 094,09

O Contabilista Certificado

Antonia Tóres de Figueiredo Mendes

O Conselho de Administração

Luís Delgado
Mónica Mendes

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

(montantes expressos em euros)

	NOTAS	31-Dez-2018	31-Dez-2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	17	4 329 099,33	6 718 532,87
Subsídios à exploração	18	150 000,00	280 000,00
Fornecimentos e serviços externos	19	-2 207 793,44	-3 902 341,00
Gastos com o pessoal	20	-1 793 824,63	-1 679 248,05
Imparidade de dívidas a receber	9	40 746,96	33 764,58
Outros rendimentos e ganhos	21	291 137,10	468 408,32
Outros gastos e perdas	22	-166 959,03	-1 350 477,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		642 406,29	568 639,16
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5,6,7	-530 269,39	-483 171,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112 136,90	85 467,56
Juros e gastos similares suportados	23	-69 440,18	-69 233,08
Resultado antes de impostos		42 696,72	16 234,48
Estimativa de imposto	24	-17 514,00	-13 293,73
Resultado líquido do período		25 182,72	2 940,75

O Contabilista Certificado

Borja João de Figueiredo Vieira

O Conselho de Administração

Luís Neto
António Carlos Silva
Paulo António Silva

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

(montantes expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do capital próprio	Total do capital próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos	Outras variações no capital	Resultado líquido do exercício		
Posição no Início do Período 2017		1 Notas 30 867 000,00	-89 810,00	146 568,54	71 084,63	-1 727 765,08	-	70 307,85	1 822,28	29 339 208,22	29 339 208,22
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos											
Excedente de revalorização de activos											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
				91,11		-204 613,31			-1 822,28		-206 344,48
				91,11		-204 613,31			-1 822,28		-206 344,48
Resultado Líquido do Período								2 940,75		2 940,75	2 940,75
Resultado Integral								1 118,47		2 940,75	-203 403,73
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
Posição no Fim do Período 2017		1+2+3+4+5 30 867 000,00	-89 810,00	146 659,65	71 084,63	-1 932 378,39	-	70 307,85	2 940,75	29 342 148,97	29 135 804,49

O Contabilista Certificado
Júlia João de Figueiredo Nogueira

O Conselho de Administração
Luís Neto

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total do capital próprio	Total do capital próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos	Outras variações no capital	Resultado líquido do exercício		
Posição no Início do Período 2018		1 Notas 30 867 000,00	-89 810,00	146 659,65	71 084,63	-1 932 378,39	-	70 307,85	2 940,75	29 342 148,97	29 135 804,49
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos											
Excedente de revalorização de activos											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
				147,04		-633 321,13			-2 940,75		-636 114,84
				147,04		-633 321,13			-2 940,75		-636 114,84
Resultado Líquido do Período								25 182,72		25 182,72	25 182,72
Resultado Integral								22 241,97		25 182,72	-610 932,12
Operações com detentores de capital próprio											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
Posição no Fim do Período 2018		1+2+3+4+5 30 867 000,00	-89 810,00	146 806,69	71 084,63	-2 565 699,52	-	70 307,85	25 182,72	29 367 331,69	28 524 872,37

O Contabilista Certificado
Júlia João de Figueiredo Nogueira

O Conselho de Administração
Luís Neto

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		5 815 743,74	8 052 569,66
Pagamentos a fornecedores		(4 370 213,39)	(4 977 914,30)
Pagamentos ao pessoal		(1 408 019,64)	(1 317 218,20)
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<u>37 510,71</u>	<u>1 757 437,16</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		39 382,45	32 803,22
Outros recebimentos/pagamentos		(669 247,61)	(502 944,64)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(592 354,45)</u>	<u>1 287 295,74</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(183 757,92)	(921 832,33)
<i>Ativos intangíveis</i>		(1 839,95)	(4 247,52)
<i>Investimentos financeiros</i>		(2 948,17)	(2 232,77)
<i>Outros ativos</i>		-	-
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-	301 407,40
<i>Ativos intangíveis</i>		-	-
<i>Investimentos financeiros</i>		1 946,28	908,53
<i>Outros ativos</i>		-	-
<i>Subsídios ao investimento</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		-	-
<i>Dividendos</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(186 599,76)</u>	<u>(625 996,69)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1 500 000,00	4 500 000,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		-	-
<i>Cobertura de prejuízos</i>		-	-
<i>Doações</i>		-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(1 500 000,00)	(4 500 000,00)
<i>Juros e gastos similares</i>		(69 440,18)	(69 233,08)
<i>Dividendos</i>		-	-
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(69 440,18)</u>	<u>(69 233,08)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	(848 394,39)	592 065,97
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 770 375,54	1 178 309,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	921 981,15	1 770 375,54

O Contabilista Certificado

Maria Tereza de Aguiar da Silva

O Conselho de Administração

Luís Neto
Maria Tereza de Aguiar da Silva

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

I. Introdução

Designação da entidade: CASCAIS DINÂMICA - GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, E. M., S. A.

Sede social: Av.^a Clotilde, Edifício do Centro de Congressos do Estoril, 3º A, Estoril.

Natureza da actividade:

1 - Promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho.

2 - Exercício de algumas atividades, designadamente:

a) - Construção de equipamentos e infraestruturas;

b) - Desenvolvimento de iniciativas de animação turística do Concelho de Cascais;

c) - Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;

d) - Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:

i - Centro de Congressos;

ii - Feira do Artesanato;

iii - Hipódromo Manuel Possolo;

iv - Fortaleza da Cidadela de Cascais;

vi - Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade.

e) - Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

3 - Fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico-desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

4 - Poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer atividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

5 - Compreendem-se ainda todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

II. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor desde 1 de Janeiro de 2010 e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto e pelo Decreto-Lei n. 98/2015 de 2 de Junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

III. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Propriedades de investimento

Os activos da Empresa que se qualificam como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o activo se qualifica como propriedade de investimento é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. Posteriormente, são mensurados ao custo de aquisição e sujeitos a depreciação.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As vidas uteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	100 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 - 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 - 10 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Com as Alterações verificadas ao SNC (Aviso nº 8256/2015 de 29 de Junho), a partir de 1 de Janeiro de 2016, o Goodwill passa a ser amortizado no período de vida útil, ou no período máximo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato financeiro, são analisadas as contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a CASCAIS DINÂMICA tem em consideração as informações de mercado que demonstrem que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades e após o comprovado insucesso de todas as devidas tentativas de recuperação, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Conselho de Administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços é fiavelmente mensurável, sendo o valor do rédito, reconhecido numa perspectiva de balanceamento entre gastos e rendimentos. Assume-se que o desfecho das transações é fiavelmente mensurável quando todas as condições se verificam:

- a) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- c) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços não pode ser fiavelmente estimado, o rédito apenas é reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- Subsídios

A CASCAIS DINÂMICA recebe anualmente subsídios para participação integral das actividades de promoção e animação do Concelho de Cascais. Esses subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados, o que geralmente ocorre sempre numa base anual.

- Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade desse ativo (ativo fixos intangíveis e tangíveis e ativos financeiros). Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis e na rubrica "Perdas por imparidade – Em dívidas a receber".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a venda do activo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à venda. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Em 31 de dezembro de 2018, a CASCAIS DINÂMICA não tinha capitalizado em ativos fixos tangíveis quaisquer encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de

fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

- Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

- Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Especialização dos exercícios

A CASCAIS DINÂMICA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração da CASCAIS DINÂMICA adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão da CASCAIS DINÂMICA foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis integralmente reintegrados à data da transição e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outras contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

IV. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8 712,23	13 529,82
Depósitos bancários	<u>913 268,92</u>	<u>1 756 845,72</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>921 981,15</u>	<u>1 770 375,54</u>

V. Propriedades de Investimento

Esta rubrica inclui parte do imóvel do Centro de Congressos, detido pela CASCAIS DINÂMICA, pelo fato de existirem fracções deste imóvel, objeto de contrato de arrendamento com terceiros. O Detalhe é o seguinte:

Nota	421 Terrenos e Recursos Naturais	422 Edifícios e outras Construções	Total
1 de Janeiro de 2018			
Custo de aquisição	592 022,15	1 779 881,40	2 371 903,55
Depreciações acumuladas		(87 514,01)	(87 514,01)
Valor líquido	<u>592 022,15</u>	<u>1 692 367,39</u>	<u>2 284 389,54</u>
31 de Dezembro de 2018			
Adições			-
Transferências e abates	301 352,12	904 056,37	1 205 408,49
Alienações			-
Depreciação - exercício		(27 182,73)	(27 182,73)
Depreciação - alienações			-
Depreciação - Transferências e Abates		(44 449,44)	(44 449,44)
Valor líquido	<u>301 352,12</u>	<u>832 424,20</u>	<u>1 133 776,32</u>
Custo de aquisição	893 374,27	2 683 937,77	3 577 312,04
Depreciações acumuladas		(159 146,18)	(159 146,18)
Valor líquido	<u>893 374,27</u>	<u>2 524 791,59</u>	<u>3 418 165,86</u>

	421 Terrenos e Recursos Naturais	422 Edifícios e outras Construções	Total
Nota			
1 de Janeiro de 2017			
Custo de aquisição	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Depreciações acumuladas		(69.562,59)	(69.562,59)
Valor líquido	592.022,15	1.706.503,81	2.298.525,96
31 de Dezembro de 2017			
Adições		3.815,00	3.815,00
Depreciação - exercício		(17.824,26)	(17.824,26)
Depreciação - Transferências e Abates		(127,16)	(127,16)
Valor líquido	-	(14.136,42)	(14.136,42)
Custo de aquisição	592.022,15	1.779.881,40	2.371.903,55
Depreciações acumuladas		(87.514,01)	(87.514,01)
Valor líquido	592.022,15	1.692.367,39	2.284.389,54

Em 2018, foi feita uma transferência no montante de 1.205.408,49 euros do ativo fixo tangível para propriedade de investimento, em virtude de ter sido efetuado um contrato de exploração de espaço relativamente a uma parte da fração artigo do 12568 – 1CCE/C3 com o Município de Cascais.

VI. Activos fixos tangíveis

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2018

	431 Terrenos e Recursos Naturais	432 Edifícios e outras Construções	433 Equipamento Básico	434 Equipamento de Transporte	435 Equipamento de Administrativo	437 Outros Activos Tangíveis	45 Investimento em Curso	Total
Nota								
1 de Janeiro de 2018								
Custo de aquisição	6 679 157,85	21 948 930,78	284 504,87	1 018 467,88	318 612,74	532 119,35	8 037,50	30 789 830,97
Depreciações acumuladas	(2 454,96)	(1 155 562,81)	(164 906,17)	(149 467,18)	(296 005,09)	(326 930,44)		(2 095 326,65)
Valor líquido	6 676 702,89	20 793 367,97	119 598,70	869 000,70	22 607,65	205 188,91	8 037,50	28 694 504,32
31 de Dezembro de 2018								
Adições		81 820,72	2 805,52	53 546,54	15 893,19	29 691,95		183 757,92
Transferências e abates	(301 352,12)	(904 056,37)		-	(311,60)	(8 836,20)	(3 637,50)	(1 218 193,79)
Alienações								-
Depreciação - exercício	(221,50)	(297 086,82)	(25 416,98)	(107 888,54)	(17 283,66)	(44 074,33)		(491 971,83)
Depreciação - alienações								-
Depreciação - Transferências e Abates		44 449,44	(0,01)	10,00	311,60	3 479,13		48 250,16
Valor líquido	(301 573,62)	(1 074 873,03)	(22 611,47)	(54 342,00)	(1 390,47)	(19 739,45)	(3 637,50)	(1 526 407,70)
Custo de aquisição	6 377 805,73	21 126 695,13	287 310,39	1 072 014,42	334 194,33	552 975,10	4 400,00	29 755 395,10
Depreciações acumuladas	(2 676,46)	(1 408 200,19)	(190 323,16)	(257 345,72)	(312 977,15)	(367 525,64)		(2 539 048,32)
Valor líquido	6 375 129,27	19 718 494,94	96 987,23	814 668,70	21 217,18	185 449,46	4 400,00	27 216 346,78

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2017

	431	432	433	434	435	437	45	
Nota	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento de Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Investimento em Curso	Total
1 de Janeiro de 2017								
Custo de aquisição	6.679.157,85	21.355.481,27	398.270,93	166.182,95	442.256,86	629.327,25	119.827,71	29.790.504,82
Depreciações acumuladas	(2.233,46)	(868.739,51)	(158.346,35)	(108.061,04)	(413.653,71)	(327.774,50)		(1.878.808,57)
Valor líquido	6.676.924,39	20.486.741,76	239.924,58	58.121,91	28.603,15	301.552,75	119.827,71	27.911.696,25
31 de Dezembro de 2017								
Adições		593.449,51	69.751,04	852.284,93	9.155,85	72.076,00	8.037,50	1.604.754,83
Transferências e abates							(119.827,71)	(119.827,71)
Alienações			(183.517,10)		(132.799,97)	(169.283,90)		(485.600,97)
Depreciação - exercício	(221,50)	(288.855,09)	(32.245,04)	(41.396,14)	(15.151,35)	(56.465,84)		(432.334,96)
Depreciação - alienações			25.685,22		132.799,97	57.309,90		215.795,09
Depreciação - Transferências e Abates		31,79						31,79
Valor líquido	(221,50)	306.626,21	(120.325,88)	810.888,79	(5.995,50)	(96.363,84)	(111.790,21)	782.786,28
Custo de aquisição	6.679.157,85	21.948.930,78	284.504,87	1.018.467,88	318.612,74	532.119,35	8.037,50	30.789.830,97
Depreciações acumuladas	(2.454,96)	(1.155.562,81)	(164.906,17)	(149.457,18)	(296.005,09)	(326.930,44)		(2.095.316,65)
Valor líquido	6.676.702,89	20.793.367,97	119.598,70	869.010,70	22.607,65	205.188,91	8.037,50	28.694.514,32

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

Em 2018, a Empresa procedeu ao abate 9.147,80 Euros de diversos ativos, que se encontravam totalmente depreciados e transferiu-se parte de um imóvel para propriedade de investimento, no montante de 1.208.408,49 Euros.

No exercício de 2018, a empresa realizou obras no montante de 81.820,72 euros, das quais 70.422,70 euros respeitam a obras efetuadas no Aeródromo de Cascais.

No exercício de 2017, relativamente à viatura pesada de passageiros 85-TD-11, foi celebrado um contrato de comodado com a empresa Cascais Próxima – Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, EM, SA., no âmbito da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros. O contrato estipula que a viatura vai ser usada a título gratuito por um período de 1 ano que se renova automaticamente.

VII. Ativos fixos intangíveis

Movimentos nos ativos fixos intangíveis – 2018:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de Janeiro de 2018					
Custo de aquisição		307 601,13	135 507,54	85 835,92	528 944,59
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(122 503,04)	(82 739,08)	(512 843,25)
Valor líquido		-	13 004,50	3 096,84	16 101,34
31 de Dezembro de 2018					
Adições			1 715,50	124,45	1 839,95
Depreciação - exercício			(10 675,38)	(439,45)	(11 114,83)
Valor líquido		-	(8 959,88)	(315,00)	(9 274,88)
Custo de aquisição		307 601,13	137 223,04	85 960,37	530 784,54
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(133 178,42)	(83 178,53)	(523 958,08)
Valor líquido		-	4 044,62	2 781,84	6 826,46

Movimentos nos ativos fixos intangíveis – 2017:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de Janeiro de 2017					
Custo de aquisição		307 601,13	163 129,25	85 588,40	556 318,78
Depreciações acumuladas		(286 936,19)	(142 435,20)	(82 176,56)	(511 547,95)
Valor líquido		20 664,94	20 694,05	3 411,84	44 770,83
31 de Dezembro de 2017					
Adições			4 000,00	247,52	4 247,52
Alienações			(31 621,71)		(31 621,71)
Depreciação - exercício		(20 664,94)	(11 689,55)	(657,89)	(33 012,38)
Depreciação - alienações			31 621,71		31 621,71
Depreciação - outros				95,37	95,37
Valor líquido		(20 664,94)	(7 689,55)	(315,00)	(28 669,49)
Custo de aquisição		307 601,13	135 507,54	85 835,92	528 944,59
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(122 503,04)	(82 739,08)	(512 843,25)
Valor líquido		-	13 004,50	3 096,84	16 101,34

VIII. Outros Ativos Financeiros

Nesta rúbrica a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, encontra-se registado o valor dos fundos de compensação do trabalho com um valor acumulado de 5.934,90 euros e 4.933,01 Euros, respetivamente.

IX. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes CC Geral	1 026 140,26	1 459 594,80
Clientes Cauções		
Clientes de cobrança duvidosa	47 990,96	47 990,96
Perdas por Imparidade Acumuladas	<u>(414 757,93)</u>	<u>(374 212,80)</u>
Total Clientes	<u>659 373,29</u>	<u>1 133 372,96</u>

A dívida de clientes de cobrança duvidosa no montante de 47.990,96 euros tem uma antiguidade superior a 24 meses, assim como parte dos saldos de clientes CC os quais se encontram registados por imparidade no montante de 414.757,93 euros.

Relativamente à antiguidade da dívida de conta corrente geral, a mesma detalha-se da seguinte forma:

Ano 2018:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>>121 dias</u>	<u>Total</u>
	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>90-120 dias</u>	<u>> 120</u>	<u>Total</u>
Clientes	226 386,57	130 584,07	20 005,90	9 932,28	272 464,47	659 373,29
	<u>226 386,57</u>	<u>130 584,07</u>	<u>20 005,90</u>	<u>9 932,28</u>	<u>272 464,47</u>	<u>659 373,29</u>

Ano 2017:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>>121 dias</u>	<u>Total</u>
Clientes	213.408,42	199.238,00	201.061,42	8.256,14	511.408,98	1.133.372,96
	<u>213.408,42</u>	<u>199.238,00</u>	<u>201.061,42</u>	<u>8.256,14</u>	<u>511.408,98</u>	<u>1.133.372,96</u>

Salienta-se que os saldos de conta corrente geral em dívida, com antiguidade superior a 12 meses, ascendem a cerca de 579.102,39 euros, os quais se encontram parcialmente ajustados por perdas por imparidade no montante de 414.757,93 Euros.

No exercício de 2018 procedeu-se ao reforço das perdas por imparidade, pelo montante de 81.292,09 euros, por contrapartida de Resultados Transitados, dado serem referentes a saldos de clientes com elevada antiguidade, e cuja imparidade já se verificava em exercícios anteriores. (nota 14)

Em 2018, ocorreu uma reversão de perdas por imparidade, no montante de 40.746,96 Euros, resultado do recebimento de valores dos seguintes clientes: 35.839,53 Euros do cliente Leading a e 4.907,43 Euros do cliente Aviometa

X. Fornecedores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Fornecedores apresentava os seguintes saldos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	353 932,75	2 018 595,14
Total Fornecedores	<u>353 932,75</u>	<u>2 018 595,14</u>

Em 2018, verificou-se uma diminuição da dívida a fornecedores de 2017, em 2017 o valor foi muito significativo devido à aquisição de um veículo Rosenbauer de salvamento e luta contra incêndios em aeronaves, necessária devido ao aumento de categoria do Aeródromo Municipal de Cascais.

Relativamente à antiguidade da dívida, a mesma detalha-se da seguinte forma:

Ano 2018:

	0-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	120-180 dias	181-360 dias	> 361 dias	TOTAL
Fornecedores conta corrente	300 829,70	18 196,56	7 869,61	14,99	6 374,54	20 647,35	353 932,75
	300 829,70	18 196,56	7 869,61	14,99	6 374,54	20 647,35	353 932,75

Ano 2017:

	0-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	120-180 dias	181-360 dias	> 361 dias	TOTAL
Fornecedores conta corrente	1.381.762,95	152.484,40	266.728,22	113.320,08	83.626,59	20.672,90	2.018.595,14
	1.381.762,95	152.484,40	266.728,22	113.320,08	83.626,59	20.672,90	2.018.595,14

XI. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos da rubrica Estado e outros entes públicos é como se segue:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Impostos s/ rendimento - IRC	206 127,45		187 672,82	
Impostos s/ rendimento - IRS		15 320,00		23 960,00
Impostos s/ valor acrescentado		171 615,93		267 646,85
Contribuições para Segurança Social		33 112,41		35 989,53
Outras contribuições	157,00	294,65		233,03
	<u>206 284,45</u>	<u>220 342,99</u>	<u>187 672,82</u>	<u>327 829,41</u>

XII. Outros Créditos a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de outros créditos a receber é decomposta da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros devedores		
Pessoal	1 754,78	1 096,48
Devedores por acréscimo proveitos	67 902,26	647 421,76
Devedores diversos	2 819,74	3 372,14
Outras contas a receber	<u>72 476,78</u>	<u>651 890,38</u>

XIII. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do activo corrente Diferimentos apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
ATIVO		
Seguros	40 152,82	6 526,21
Outros	115 126,31	164 317,97
Gastos a reconhecer	155 279,13	170 844,18
PASSIVO		
Eventos Centro Congressos	61 144,03	101 901,12
Rendimentos a Reconhecer	61 144,03	101 901,12

XIV. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da Empresa é de 30.867.000 euros, está totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 6.173.400 acções com o valor nominal de cinco Euro, cada. A participação detida pelo Município de Cascais corresponde a 99,71% do capital social da Empresa.

Acções próprias

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha 17.962 acções próprias com o valor de 89.810 euros que assim deduz ao valor do Capital Social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018, a reserva legal ascendia a 146.806,69 euros.

Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2018, os Resultados Transitados tiveram as seguintes alterações face ao final de 2017:

- a transferência do Resultado Líquido de 2017 no montante de 2.793,71 Euros, conforme Ata de Aprovação de Contas de 2017;
- inclusão do montante de 81.292,09 Euros, referente a perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes anteriores a 2018;
- inclusão de 554.822,75 Euros de regularização de acréscimo de proveitos de 2017, que não foram faturados no ano de 2018.

Outras Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Outras Variações de Capital ascendia a 70.307,85 Euros.

XV. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PASSIVO CORRENTE		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	209 948,30	187 961,08
Outros	247 487,32	97 569,72
Outros credores	<u>44 941,04</u>	<u>44 433,13</u>
Outras dívidas a pagar	<u>502 376,66</u>	<u>329 963,93</u>

XVI. Financiamentos obtidos e locação financeira

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Financiamentos obtidos era como se segue:

	<u>Instituição Financeira</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo corrente :			
Empréstimos bancários - 6 meses	Banco EuroBic	1.500.000,00	2.000.000,00
Conta Cauçionada Anual	Banco Santander	<u>1.500.000,00</u>	<u>1.000.000,00</u>
Total Financiamentos obtidos		<u>3.000.000,00</u>	<u>3.000.000,00</u>

Todos estes financiamentos são de prazo inferior a um ano sendo que, tanto o empréstimo de 6 meses como conta caucionada tenham vindo a ser renovados no seu vencimento, respectivamente, seis meses e um ano.

XVII. Prestação de serviços

O montante das prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é detalhado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação Serviços Varios	3 795 452,23	6 354 196,75
Arrendamentos	269 994,45	66 325,88
Comissões	373 130,59	461 666,69
Descontos e Abatimentos	<u>(109 477,94)</u>	<u>(163 656,45)</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>4 329 099,33</u>	<u>6 718 532,87</u>

XVIII. Subsídios à Exploração

Em 31 de dezembro de 2018, e comparativamente a 2017, a rubrica de subsídios apresentava os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Associação de Turismo de Cascais Visitors & Convention Bureau	150 000,00	80 000,00
Município de Cascais		<u>200 000,00</u>
	<u>150 000,00</u>	<u>280 000,00</u>

XIX. Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2018 e comparativamente a 2017 as principais componentes desta rubrica são as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimentos e serviços		
Subcontratos	60 650,02	879 989,63
Trabalhos especializados	438 422,32	432 342,32
Honorários	65 460,00	78 750,00
Conservação e reparação	271 251,31	258 656,75
Energia e fluidos	347 465,88	312 007,36
Deslocação e estadas	22 549,64	28 390,79
Despesas de representação	8 367,57	11 446,53
Rendas e alugueres	75 493,03	56 822,29
Comunicação	75 254,94	81 390,67
Seguros	70 799,36	67 286,60
Limpeza, higiene e conforto	159 508,24	121 792,08
Outros	612 571,13	1 573 465,98
Fornecimentos e serviços externos	<u>2 207 793,44</u>	<u>3 902 341,00</u>

i) A rubrica de Outros engloba despesas como: vigilância, contencioso e notariado, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material de escritório, entre outras.

XX. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	122 148,57	60 115,88
Pessoal	1 230 083,02	1 223 992,18
Indemnizações	76 764,22	19 188,00
Seguros	13 559,96	13 019,71
Outros	34 308,49	70 135,12
	<u>1 476 864,26</u>	<u>1 386 450,89</u>
 Encargos sociais		
Orgãos Sociais	36 240,17	14 393,11
Pessoal	280 720,20	278 404,05
	<u>316 960,37</u>	<u>292 797,16</u>
 Custos com o pessoal	<u>1 793 824,63</u>	<u>1 679 248,05</u>

XXI. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros rendimentos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	28,45	176,66
Rendimentos e ganhos em investimentos	211 341,70	224 354,36
Outros Rendimentos		
Correcções relativas a períodos anteriores	1 291,69	98 097,88
Indemnizações	4 327,62	3 694,33
Outros não especificados	69 730,51	100 806,84
Juros Obtidos		
Juros por execuções fiscais CMC	565,20	14 688,76
Juros de acordos Valair	813,66	2 510,41
Juros de PER Heliportugal	2 961,41	19 924,81
Juros ATA	76,86	4 154,27
	<u>291 137,10</u>	<u>468 408,32</u>

XXII. Outros gastos

A decomposição da rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos		
IMI	33 599,64	34 388,48
IVA	10 245,60	6 965,20
Imposto do selo	628,71	14 533,68
Imposto sobre transportes rodoviários	667,69	713,01
Dívidas incobráveis	810,93	
Taxas	102 713,02	61 294,70
Outros Gastos		
Correcções relativas a períodos anteriores	4 112,72	7 948,77
Quotizações	10,00	
Donativos	200,00	200,00
Insuficiência da estimativa para impostos	13 180,32	3 200,37
Multas e outras penalidades		1 259,10
Outros não especificados	790,40	1 219 974,25
	<u>166 959,03</u>	<u>1 350 477,56</u>

Em 2017, a rubrica de outros gastos não especificados engloba o reconhecimento da anulação do acréscimo de proveitos relativos ao Contrato de Programa de 2016, no montante de 1.100.000 Euros que teve recusa do Tribunal de Contas (nota 12) e a regularização das taxas cobradas pela Cascais Dinâmica, EM, SA por conta da NAV, no montante de 95.438,40 Euros.

XXIII. Juros e outros gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros de financiamentos bancários	69 440,18	69 233,08
	<u>69 440,18</u>	<u>69 233,08</u>

XXIV. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21% que deverá ser incrementada no máximo em 1,5% pela derrama, de acordo com o artigo 14º da Lei das Finanças Locais.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Reconciliação do imposto

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes de impostos	42 696,72	16 234,48
Taxa nominal de imposto	21,0%	21%
Imposto esperado	<u>8 966,31</u>	<u>3 409,24</u>
Diferenças permanentes (i)	3 861,59	3 055,55
Ajustamentos à colecta (ii)	<u>4 686,10</u>	<u>6 828,93</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>17 514,00</u>	<u>13 293,72</u>
Imposto corrente	17 514,00	13 293,73
Imposto diferido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>17 514,00</u>	<u>13 293,73</u>
Taxa efectiva	<u>41,02%</u>	<u>81,89%</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, este montante tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido		
Gastos não devidamente documentados	99,55	1 937,54
Estimativa de Imposto	13 180,32	3 155,40
Correcções relativas a períodos anteriores	4 112,72	7 948,77
Diferença entre as Mais e Menos valia fiscal e a contabilística em investimentos não financeiros		-6,03
Multas		1 259,83
Outros	<u>995,95</u>	<u>254,75</u>
	18 388,54	14 550,26
Taxa nominal de imposto	<u>21,0%</u>	<u>21,0%</u>
	<u>3 861,59</u>	<u>3 055,55</u>

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas e à derrama.

XXV. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e o Município de Cascais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são apresentados no quadro que segue:

Descrição	Empresa-mãe 31-12-2018	Empresa-mãe 31-12-2017
Saldo conta de clientes		
Saldo Conta de fornecedores		
Saldo conta de fornecedores investimento		
Prestações de serviços	496 422,20	1 827 523,32
Aquisição de serviços		
Subsidio à exploração		200 000,00

XXVI. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os honorários auferidos pelo revisor oficial de contas ascenderam a 10.780,00 Euros, valor orçamentado.

- Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Data da autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de janeiro de 2019.

O Contabilista Certificado

Isabel José de Figueiredo Vieira

O Conselho de Administração

Luís Neto
Luís Neto
M. 1000000000

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, SA** (a Empresa Municipal), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de € 32 662 669 e um total de capital próprio de € 28 524 872, incluindo um resultado líquido de € 25 182), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quantos aos possíveis efeitos da matéria referida na secção *Bases para a opinião com reservas* as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, SA**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Na sequência de vários processos de inspeção fiscal que incidiram sobre os exercícios de 2006 a 2009 e 2012, foram efetuadas pela Autoridade Tributária liquidações adicionais de impostos no valor de cerca de € 1 490 000. Estes ajustamentos efetuados em sede de IRC, IVA e IRS, foram considerados indevidos e conseqüentemente contestados judicialmente pela Empresa Municipal, tendo vindo a ser entendimento do Conselho de Administração não reconhecer qualquer provisão para fazer face à eventualidade de uma decisão desfavorável aos interesses da Empresa Municipal. Não nos possível prever o eventual impacto que a resolução daqueles processos poderá ter no património da **Cascais Dinâmica**.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Empresa Municipal nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido na Nota 14 do Anexo, a Empresa procedeu à anulação, direta à rubrica de *Resultados Transitados* do capital próprio, de cerca de € 550 000 de rendimentos reconhecidos em 2017, relativos a trabalhos então efetuados para a Câmara Municipal de Cascais cuja faturação foi entendimento não efetuar. A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Empresa Municipal relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2017 foram objeto de revisão legal das contas por outro auditor que expressou uma opinião modificada sobre essas demonstrações, relacionada com a matéria mencionada no parágrafo *Bases para a opinião com reservas*.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa Municipal de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Empresa Municipal; e (vi) a avaliação da capacidade da Empresa Municipal de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

Relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2019



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC